

29 OUT 88

Triste papel novo

Viamento

— O Congresso não entendeu ainda que as tão decantadas prerrogativas parlamentares têm na Comissão Mista de Orçamento o seu segmento básico. Dos 60 parlamentares integrantes da Comissão — 20 senadores e 40 deputados — apenas 10 se encontravam presentes ao painel sobre a importantíssima área nuclear brasileira, no debate promovido para que seus principais protagonistas defendessem a proposta do Governo.

O esforço do deputado Cid Carvalho, presidente da Comissão, para a absorção dessa prerrogativa, demonstra sua sensibilidade política e histórica em função do papel do órgão para modelar o Poder Legislativo da modernidade e, aquele que infelizmente não é ainda compreendido por grande parte dos próprios parlamentares.

O sistema congressional brasileiro, de fato, ingressa numa etapa contemporânea de democracia, assemelhando-se em prerrogativas ao norte-americano, o mais forte do mundo. Mas cuja força reside na atuação de suas comissões de Orçamento e das comissões de Investigações.

Não obstante essa visão das novas circunstâncias, que tornam o Congresso Nacional o ponto de fusão dos poderes da República, aos 24 anos de autoritarismo que o País sofreu ao que parece imputaram-lhe uma imagem de repartição pública. E nada mais triste, para um país que quer superar barreiras econômicas para aliviar o sofrimento social de seu povo, que um feriado

como o de ontem, um ócio imperdoável, só digno da atual elite política.

Mas voltando ao Congresso, o Poder Legislativo, a menos de um mês depois da promulgação de uma nova Carta que o redime e o liberta, parece telmar em permanecer como uma instituição carimbadora dos atos do Poder Executivo. Será preciso que o bravo poder que parlamenta repense seu novo papel sem retórica, mas com presença, constância e trabalho. Sob pena de não ficar à altura de protagonizar a nova ordem jurídica implantada pela Constituição.

Para citar os poucos combatentes da nova ordem constitucional presentes ao painel da Câmara — um dos mais importantes do presente tempo de julgamento das contas orçamentárias do Governo Federal — somente lá estavam os deputados Cid Carvalho e César Maia, presidente e vice da Comissão de Orçamento, e senador Almir Gabriel, relator, e dos seus 60 participantes efetivos, os deputados Paes Landim, José Carlos Vasconcelos e o senador João Calmon. Dos que não são membros efetivos, o deputado Paes de Andrade compareceu para levar sua solidariedade a uma Comissão tão fundamental para a consolidação das prerrogativas do Congresso, e o deputado Gabriel Guerreiro teve a curiosidade de geólogo para formular perguntas. Finalmente, o senador Itamar Franco lá esteve para dar consequência, e não deu, como inspirador da CPI Nuclear do passado.